

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*MARCOS SA CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Orçamento

Aperto Geral

Pela primeira vez em 22 anos um ministro do Planejamento vai ao Congresso conversar sobre a proposta de Orçamento que o governo deverá remeter para análise dos parlamentares, com prazo marcado para o fim deste mês. Países de larga tradição democrática e exercício balanceado do poder, como os Estados Unidos ou os membros do Mercado Comum Europeu, transformam a remessa do Orçamento ao Congresso numa cerimônia que transcende seu alto valor simbólico. É um ato de divisão de responsabilidades entre Executivo e Legislativo, que vai influenciar toda a vida dos cidadãos e das empresas.

Já se tornou clássica a foto em que o chanceler do Tesouro britânico exhibe a velha pasta na qual leva a proposta orçamentária a Westminster. Menos formais, os americanos distribuem fartamente os grossos volumes do *budget* e da mensagem do presidente sobre o Estado da União. Os ecos dessas mensagens se espalham por toda a parte porque os orçamentos nos países de democracias estáveis caracterizam-se por um pequeno detalhe: são feitos para serem cumpridos.

Se houve avanço no Brasil nesse aspecto, esse avanço deve ser registrado na responsabilidade que a nova Constituição joga sobre os ombros do Congresso, e sobre sua engatinhante Comissão de Orçamento. Ao longo dos governos autoritários tanto o Orçamento da União quanto o Orçamento de Investimentos e as contas das empresas estatais eram peças de consulta, distorcidas pela inflação e pelo poder discricionário do Executivo para alterar verbas, distribuir favores ou determinar o crescimento e a criação de empresas em áreas de interesse burocrático.

A Constituinte transferiu recursos da União para os estados e municípios, inaugurando uma nova era de descentralização da apropriação de receitas. Teoricamente, isso deve fortalecer a Federação, e melhorar a vida dos municípios. Na verdade, ao aumento do dinheiro nas mãos dos prefeitos deverá corresponder uma vigilância e uma cobrança direta de responsabilidades e resultados pelos municípios, o que pode rapidamente abrir espaços neste país para o voto distrital.

Deve-se à perseverança dos ministros da Fazenda, Mafson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, a elaboração de uma proposta orçamentária que visa a atacar um dos principais focos inflacionários do país, que é o déficit público. A meta é reduzir o déficit de 5,5% do PIB em 1987 para 4% este ano e 2% em 1989.

O problema que se apresenta para a União é conter o déficit dentro dos limites estipulados, simultaneamente abrindo mão de receita e praticando a reforma tributária que simplifique a vida do limitado universo dos pagadores do Imposto de Renda. O que foi revelado até agora mostra que o governo está no caminho certo, ao reduzir alíquotas. É provável que este seja um remédio mais eficaz para conter a sonegação do que para aumentar o número de fiscais, pois o que o brasileiro rejeita é ser escorchado por tributos sem nada receber de um Estado obeso e ineficiente.

Para resolver os problemas de equilíbrio entre receita, despesa e transferências, não existe alterna-

tiva fora do repasse de encargos para os estados, muitos deles reiteradamente rebeldes antes mesmo que o novo Orçamento entre em vigor. Todos, na verdade, procuram aumentar suas receitas ou reduzir suas despesas, como ocorre com o calote circular de empresas públicas estaduais, que não pagam suas dívidas a empresas federais.

Ao longo do tempo, o governo e as empresas públicas distorceram também o papel da dívida interna, trocando o financiamento com recursos tributários por créditos de curtíssimo prazo. Na verdade, os brasileiros pagam hoje um pesado imposto indireto resultante da alta taxa de absorção de poupança financeira pelo governo, que drena dinheiro para financiar o déficit e, com isso, reduz a possibilidade de investimentos produtivos a longo prazo. O Brasil embaralhou a sua contabilidade pública de tal forma que o produto de tudo isso é a alta taxa inflacionária e a saturação das possibilidades de resolver os problemas somente com a política monetária.

O envio do Orçamento ao Congresso transfere para o Legislativo parte da responsabilidade pela "operação desmonte" que o governo quer implantar, e que pode ter um efeito saudável na medida em que vá empurrando investimentos e intenções de investimento para o setor privado. É deplorável que alguns ministérios tenham silenciado sobre os programas de privatização que poderiam adotar, seja porque a burocracia sabota, seja porque os donos das pastas querem montar campanhas políticas sobre a garupa de um nacionalismo estatizante, obtuso e fora de moda.

Os grandes segmentos absorvedores de recursos orçamentários neste país localizam-se nos ministérios das Minas e Energia, Transportes, Previdência, Habitação e Urbanismo. Em cada um deles existem mastodontes ineficientes e projetos que o Estado não pode nem deve bancar. O ministério dos Transportes já reduziu as dimensões do envolvimento estatal com a Ferrovia do Aço e abriu a Rede Ferroviária para a iniciativa particular. Vastos segmentos da indústria de petróleo, gás e petroquímica continuam entravados, girando em torno do sonho grandioso de uma estatização absoluta num país que não conseguiu até hoje se auto-abastecer de óleo, apesar de desenvolver boa tecnologia própria.

A grande batalha por detrás dos bastidores do Orçamento da União não se limitará, portanto, apenas aos aspectos mais visíveis da questão do déficit público. Ela só terá um bom desfecho se tocar no cartorialismo e no espírito de privilégio que dominam a burocracia e seus parceiros. Os ministros que estão em cima do muro devem descer. Cedo, a nação ficará conhecendo o verdadeiro caráter das questões mascaradas na rubrica geral do déficit público. A remessa dessa mensagem ao Congresso pode, portanto, abrir um debate cujo conteúdo e estilo fazem falta há bons vinte e dois anos. Mais que tudo, o novo Orçamento revela quão importantes são as iniciativas do Executivo, e quanto tempo se perdeu porque em ministérios anteriores ninguém fez o jogo da verdade, atendendo a interesses políticos fisiológicos antes de pensar nos legítimos interesses nacionais.